



Relatório de Atividades 2016



*“Lembra da época em que a gente sentia e sentir era a forma mais sábia de saber e a gente não sabia.”
Grafitti na rua treze de maio – centro de São Paulo.*

... Conceitos e metodologias são construções muito importantes, especialmente quando se referem a práticas e campos que atuamos. Dizem sobre de onde viemos, onde estamos e para onde queremos ir. São como mapas ético-políticos. Mas não são os mapas que percorrem os caminhos, as trilhas são feitas por pessoas. É também muito importante prestarmos atenção nas e às pessoas. Quando ficam motivadas quando compreendem as rotas, quando se cansam e esmorecem ao atravessar áridos terrenos, quando se perdem ansiosamente atrás de atalhos, quando se frustram ao projetar imaginários oásis.

Nas nossas cotidianas práticas não se há um único fim e sim percursos. Nos disponibilizamos a ser companhia ao outro. Por vezes companhia em longas jornadas, por vezes frondosa árvore que oferta refúgio momentâneo. Lugar de respiro, oferta de estar ao lado do outro, tendo porquês e para quês, contudo sendo acolhedores e respeitosos com o tempo, com a vida do outro.

Ao longo desses encontros, também chamado de curso, alguns percursos foram trilhados. Versos, prosas, tecnologias sociais, dicas, desejos, frustrações, mágoas, desencontros, potências, inspirações e inclusive receitas de comida (patê, bolo, torta, pão) foram compartilhados nesse processo de convivência e formação.”

De fato, existem muitas estruturas a serem transformadas. A produção de relações violentas, de subalternidade, segue em escala industrial. Uma parte do nosso trabalho é artesanal, outra busca o enfrentamento da fabricação dessas vulnerabilidades. Ambas precisam estar de mãos dadas, retroalimentando-se. Quem habita “as salas das decisões” precisa de quem está na linha de frente e o oposto vale na mesma intensidade.

Buscar inspiração na força vital de quem nos propomos atender sempre. Buscar inspiração nas boas práticas dos nossos colegas sempre. Buscar inspirar com as nossas práticas e não apenas com nossos discursos...também sempre! Isto não significa onipotência, mas sim, multipotências.

Cuidado não é controle. Respeito ao tempo não é descaso. Promover protagonismo não é desamparar. Estejamos atentos a essas bordas.

Uma vela quebra a escuridão de uma caverna. Muitas velas revelam os detalhes.

Sigamos!

Sumário

Apresentação	5
Formação	7
Supervisão	25
Assessoria e Consultoria	29
Cursos e Oficinas	32
Outras Ações	36
Movimentos nacionais e internacionais	38
Quem somos	53

Apresentação

Com muita satisfação chegamos ao final de 2016 com a participação de mais de dois mil profissionais da área da infância nas atividades de mobilização e formação realizadas pelo Neca no decorrer do ano. Esses profissionais representaram 61 municípios brasileiros.

Alguns serviços desses municípios já são parceiros do Neca há mais de dois anos, como é o caso dos municípios de Franca, Itapetininga, Uberlândia, Campinas, Mogi das Cruzes, Santos, Jaguariúna, Piracicaba, Santa Gertrudes, Itatiba, Embu das Artes. No município de São Paulo, particularmente na Casa do Cristo Redentor, realizamos supervisão para as equipes dos seus três serviços de acolhimento durante dois anos.

Nestes municípios, desenvolvemos projetos de formação em temas como acolhimento institucional, acolhimento familiar, conselho tutelar, fortalecimento da política de assistência social, projetos de supervisão, projetos de assessoria e diagnóstico, e cursos e oficinas.

Muitas das formações realizadas contaram com a participação também da rede de serviços local, de conselheiros tutelares, das equipes das Varas da Infância e da Promotoria Pública desses municípios, reafirmando nossa convicção de que a complexidade dos problemas enfrentados pelas nossas crianças e suas famílias requer uma ação articulada em rede. A gestão responsável pela política municipal de assistência social teve papel fundamental em muitos desses municípios, refletindo a compreensão desses gestores sobre a importância da formação dos seus profissionais.

Ainda em 2016 praticamente finalizamos um projeto desenvolvido na Baixada Santista, cujo tema é de fundamental importância para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de nossas crianças e adolescentes - metodologias de trabalho social com famílias. No início de 2017 realizaremos o seminário final previsto no projeto.

Iniciamos um grande projeto em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de São Paulo e Unesco, no qual 1.330 profissionais de 131 serviços de acolhimento institucional conveniados com a prefeitura serão capacitados.

Além das atividades formativas, o Neca participou de várias atividades nacionais e internacionais de mobilização em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

No final de 2016, a equipe do Neca, preocupada com a discussão em torno do anteprojeto de lei sobre adoção apresentado para consulta pública pelo Ministério da Justiça, em parceria com importantes instituições da área da infância, organizou uma audiência pública com o objetivo de elaborar um documento coletivo em resposta ao anteprojeto.

O posicionamento desse coletivo defendeu que qualquer alteração do ECA neste momento político do Brasil pode representar um retrocesso e colocar em risco todos os esforços históricos que visam garantir às crianças e adolescentes brasileiros a prioridade absoluta nas políticas sociais públicas e nos respectivos orçamentos, como sujeitos de direitos plenos e especiais em condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Todo o processo de formação e mobilização ocorrido em 2016 nos proporcionou muitas aprendizagens, fortaleceu nossas parcerias institucionais e possibilitou uma ampliação significativa da nossa equipe. Novos profissionais se aproximaram e se incorporaram ao Neca trazendo conteúdos e experiências que enriqueceram e ampliaram nossa capacidade de atuação.

Em setembro de 2016 houve a mudança de nossa sede, quando conquistamos um espaço mais amplo e adequado para a realização das nossas atividades, o que mereceu uma festa de inauguração na qual pudemos receber muitas pessoas queridas.

Para 2017 esperamos continuar nosso trabalho de forma a cada vez mais contribuir com a garantia dos direitos humanos de nossas crianças e adolescentes.



Formação

As normativas legais e as políticas públicas do país foram redefinidas a partir da mudança de paradigmas da situação irregular do Código de Menores de 1979 para o paradigma da proteção integral do ECA, em 1990, revolucionaram as propositivas do trabalho social além de redimensionarem as ações para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Tais mudanças passaram a nortear a construção de subsídios e orientações técnicas para os serviços socioassistenciais.

Porém, para a sua efetiva implantação, essa nova referência normativa pressupõe um processo gradativo de mudança de cultura com a adoção de procedimentos e atitudes que, de fato, sejam coerentes com o paradigma da proteção integral.

Para que as diretrizes e os parâmetros colocados por essas normativas legais possam ser compreendidos e incorporados na prática cotidiana dos atores responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes é fundamental o desenvolvimento constante da formação desses atores.

Nesse sentido, a formação oferecida pelo Neca visa o fortalecimento dos profissionais para que, na troca de experiências e revisão de conceitos, possam planejar e realizar as mudanças viáveis das práticas cotidianas de modo a qualificar suas ações de acolhimento, reparação, socioeducação e reintegração familiar e comunitária das crianças e adolescentes atendidos. Baseada na participação ativa dos profissionais, a formação procura criar espaços de reflexão dialógicos e participativos sobre as práticas usuais dos serviços, de forma a viabilizar mudanças de atitudes e de ações, mais condizentes com as aquisições teóricas do comportamento humano, reconhecidos estudos científicos e as normativas ético-legais em vigor no país.

A partir dessa perspectiva, em 2016, o Neca realizou 14 projetos de formação desenvolvidos em 19 municípios, com cargas horárias e conteúdos definidos para cada realidade, atingindo um total de 1.086 profissionais, nos seguintes temas:

Acolhimento Institucional

1) DOIS CÓRREGOS - SP

Com o objetivo de contribuir com o aprimoramento profissional de 17 profissionais do serviço de acolhimento do município, foi desenvolvida uma formação, com carga horária de 16 horas, com foco no papel do educador, partindo de temas e situações trazidos por eles. Como Dois Córregos é o município da amizade e da poesia, a formação teve início com uma dinâmica utilizando poesia. A formação foi realizada em setembro, por Lucas Carvalho.

"Acrescentou muito aos meus conhecimentos. Excelente a interação do facilitador com a equipe: clareza, objetividade, conhecimentos do assunto, simpatia, empenho e muita simplicidade com inteligência."



2) FRANCA - SP

O Instituto José Edison de Paula Marques- IJEPAM, em Franca, já havia contratado o Neca para uma formação sobre apadrinhamento afetivo e sua equipe participou de vários cursos e oficinas oferecidos na sede do Neca. No início de 2016, a instituição, com o objetivo de aprofundar temas importantes para garantir a qualidade do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes que oferece, solicitou a realização de sete encontros mensais, com carga horária de oito horas, totalizando 56 horas, entre os meses de abril e outubro de 2016, com os seguintes temas:

- Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, com Alice Duarte de Bittencourt
- Aspectos Gerais que envolvem o Poder Judiciário no Acolhimento, com Dayse Bernardi
- Procedimentos Institucionais no Acolhimento, com Dayse Bernardi
- Aquisição de Autonomia, com Valéria Pássaro
- Desligamento Institucional, com Valéria Pássaro
- Trabalho com as famílias e reintegração familiar I e II, com Maria Angela Maricondi

"A experiência do dia de hoje foi extremamente significativa para mim, pois atendeu - na verdade, superou - todas as minhas expectativas em: conhecer, aprender, esclarecer e assimilar toda esta complexidade que envolve um momento tão delicado, o qual é tratado protetivamente em um espaço amplamente contraditório. Conseguiu fomentar ainda mais a minha inquietude em buscar novos saberes e novas metodologias. Gostaria muito de outras oportunidades." (avaliação de um participante do encontro sobre "Aspectos Gerais que envolvem o Poder Judiciário no Acolhimento")

"Momento extremamente rico, com muita reflexão e aprendizagem. Conteúdo passado me impulsiona a querer pesquisar e aprender ainda mais sobre as políticas públicas que envolvem o serviço de acolhimento. Considero de muita importância o momento que dedicamos ao estudo de caso, pois auxiliou para que toda a equipe refletisse mais sobre o melhor andamento para dar aos casos." (avaliação de um participante do encontro sobre "Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários")



Participantes da Oficina "Aspectos Gerais que envolvem o Poder Judiciário no Acolhimento", com Dayse Bernardi

3) ITAPETININGA-SP

Desde 2014, o Neca vem desenvolvendo atividades de formação e supervisão no município de Itapetininga. Durante o ano de 2016 foram realizados encontros formativos temáticos e encontros de supervisão institucional, com ênfase no trabalho com as famílias dos acolhidos, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária com foco na reintegração familiar e na saída dos adolescentes por maioria de idade.

A supervisão *in loco* dos profissionais dos serviços de acolhimento institucional, incluiu a equipe interprofissional, gestores e educadores. Os encontros temáticos envolveram os coordenadores e equipes técnicas dos serviços de acolhimento, CREAS e alguns profissionais da rede socioassistencial e do Sistema de Garantia de Direitos do município de Itapetininga. As atividades realizadas totalizaram 96 horas, com a participação de 50 profissionais do município.

O projeto realizou um seminário final para apresentação à rede municipal do planejamento de atividades dos serviços de acolhimento (Projeto Político Pedagógico), com participação do Secretário Municipal de Assistência Social, Coordenadoria da Proteção Especial, profissionais da Saúde, da Educação, da Vara da Infância e da Juventude, além do Conselho Municipal de Direitos e Conselhos Tutelares. Milton Fiks e Dayse C.F. Bernardi foram os coordenadores desse processo.



"Fim de mais um dos tantos cursos que fizemos este ano! Aqui estão somente algumas das queridas companheiras de trabalho!!! Obrigada Prof. Dayse Cesar Franco Bernardi. Sempre trazendo muitos ensinamentos... a cada ano, novas tarefas!!! Em 2017 queremos a dupla do NECA de novo! Queridos Dayse e Milton Fiks. Nossa gratidão!"

4) MARTINÓPOLIS-SP

O NECA foi contratado para uma capacitação de 16 horas com os profissionais do CREAS e do serviço municipal de acolhimento para criança e adolescentes do município de Martinópolis. A capacitação foi ministrada em dois dias (8h cada). Participaram em torno de 30 profissionais da rede de proteção de crianças e adolescentes do município de Martinópolis.

Os temas elencados foram: Marco Regulatório: Implicações para a prática; História das Políticas Públicas; Papel do educador; A rotina do abrigo; Projeto Político Pedagógico (PPP); Plano Individual de Atendimento (PIA); Redes; O Trabalho com as famílias.

5) UBERLÂNDIA-MG

Com o objetivo de melhorar o atendimento destinado às crianças e aos adolescentes em acolhimento institucional e às suas famílias, o projeto **"Encontro de Formação para coordenadores e técnicos da Rede do Sistema de Garantia de Direitos de Uberlândia"** foi realizado por Dayse Cesar Franco Bernardi e Valéria Pássaro em dois módulos, no período de 20 a 23 de junho de 2016, com carga horária de 32 horas de formação. O projeto atingiu cerca de 80 participantes entre membros das equipes técnicas, educadores e representantes dos Serviços Municipais de Acolhimento Institucional, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social, instituições sociais (Família Acolhedora e Incentivo à Adoção)

"A capacitação trouxe novas aberturas de olhares, para nós, profissionais que estamos na lida do trabalho com crianças e adolescentes. Sem dúvida, levo muitos questionamentos e inquietações dentro de mim, mas, sobretudo, levo a esperança de uma prática melhor e mais humana, nas questões que permeiam a infância e juventude de Uberlândia."



6) SANTANA DE PARNAÍBA – SP

O NECA foi contratado para a capacitação de 20 horas para 41 profissionais do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes do município.

Inicialmente, foi realizado um encontro com a gestora e equipe técnica para um breve diagnóstico institucional e a definição dos temas a serem abordados. Temas definidos: a) uma perspectiva panorâmica histórica das políticas para as crianças e adolescentes, bem como as leis e marcos regulatórios; b) o papel do educador; c) as rotinas no serviço de acolhimento. Esses conteúdos foram trabalhados em quatro encontros de quatro horas.

Após esses encontros foi realizada reunião com a equipe técnica para uma avaliação da formação realizada. Neste encontro foram discutidas questões identificadas durante a formação, tais como os desafios de um serviço de acolhimento executado pela própria prefeitura, a falta de estímulo de uma parte dos profissionais, dificuldade de comunicação entre educadores e com a equipe técnica, necessidade de espaços coletivos de discussão e reflexão. Essa formação foi realizada por Milton Fiks.

"Com discussões bem proveitosas, a tarde fluiu bem, aplicando temas que realmente é de nossa necessidade para uma boa convivência e andamento da casa. Com clareza, foram tiradas todas as dúvidas que surgiram durante a tarde."

7) SÃO PAULO-SP

No município de São Paulo, o Neca, em parceria com a UNESCO e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, iniciou, em julho de 2016, o projeto "Contextos e práticas socioeducativas dos SAICAs e CASAS LARES da cidade de São Paulo", que visa à capacitação para os técnicos dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e orientadores socioeducativos dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) do município de São Paulo, com execução prevista até abril de 2017.

Os objetivos do projeto são os de conhecer as demandas, interesses, desafios, dinâmica institucional, a inserção sociocomunitária e demais condições que influem sobre a prática socioeducativa nos serviços de acolhimento institucional; promover o alinhamento conceitual e oferecer subsídios para um trabalho de qualidade que alcançasse maior sintonia com os parâmetros legais e técnicos e sistematizar o processo formativo em todas as suas etapas, visando organizar e oferecer informações sobre os serviços de acolhimento e demais dados relevantes para a gestão da política pública de assistência social no município.

Foram organizadas 38 turmas de formação, com uma média de 35 participantes cada uma, totalizando 1.330 profissionais, com 30 horas de formação distribuídos em 5 módulos. Até dezembro de 2016, o Neca formou 449 profissionais. Os demais serão formados até abril de 2017.

O projeto de formação dos orientadores socioeducativos dos SAICAs e CASAS-LARES do município de São Paulo apresentou um triplo desafio: o de construir uma boa equipe de trabalho que garantisse qualidade ao processo de formação; o de efetivar uma boa parceria com a equipe da



Com a equipe dos CREAS



Equipe do Neca

Proteção Especial SMADS, ESPASO e UNESCO, responsável pelo projeto e por sua concretização em consonância com a gestão interna da Secretaria e, por fim, diante da dimensão da formação, o de instituir uma base organizativa e logística facilitadora da realização das aulas para os professores.

A elaboração de conteúdos para o processo de formação considerou as necessidades



concretas da prática profissional, reconhecendo o cotidiano institucional como atravessado por relações sociais e intersubjetivas que interferem na ação educativa, criando tensões que precisam encontrar um canal de expressão e acolhimento. Tratamos, portanto, de construir uma metodologia compatível com o perfil, expectativas e interesses dos orientadores, que criasse espaços para sua expressão pessoal e seu processo de integração na diversidade dos grupos, cuja configuração representava os serviços de diferentes regiões da cidade. Todo o esforço da equipe de formação voltou-se ainda para a meta de estimular a mudança de cultura do saber-fazer profissional, incorporando as melhores experiências e práticas.

A parceria estabelecida com a equipe da Proteção Especial SMADS, ESPASO e UNESCO tornou-se uma experiência gratificante de aprendizagem mútua com processos e providências negociadas e acordadas com confiança, abertura e disponibilidade de todos, criando um clima de colaboração que perdurou durante toda a execução do projeto. As tarefas para a execução da formação contou com uma base organizativa e logística que cumpriu papel primordial na execução do projeto, facilitando a realização das aulas para os professores, disponibilizando os materiais a serem utilizados nos três locais de formação, organizando as inscrições e a frequência dos inscritos, atualizando e distribuindo os recursos didáticos e instrumentais.

A receptividade dos participantes e os bons resultados do processo formativo se pode confirmar com as avaliações muito positivas dos participantes, tanto nas avaliações quantitativas objetivadas em dados que mostram 97% de atribuição de Bom e Ótimo, quanto nos depoimentos abertos coletados durante o processo e na avaliação final, que reforçam a adequação dos conteúdos e da metodologia adotada.

8) ACARAÚ - CE

Por solicitação do Instituto da Infância - IFAN, o NECA realizou, em novembro de 2016, uma formação sobre Projeto Político Pedagógico - PPP, com os educadores dos serviços de acolhimento institucional de Acaraú. Cerca de 30 educadores, cozinheiras, psicólogo, assistente social, coordenadora, guardas, profissionais da limpeza, equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, além da equipe do IFAN, participaram da oficina de 16 horas sobre a elaboração participativa do PPP, sua concepção e aspectos legais.

Também aconteceu, no terceiro dia, uma roda de conversa com a rede de proteção e Sistema de Garantia de Direitos do município, com a presença da Secretária de Desenvolvimento Social, vereadores, equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, coordenação do serviço de acolhimento institucional, equipe do CREAS, conselheiros tutelares e do CMDCA de Acaraú esclarecendo dúvidas sobre o serviço de Famílias Acolhedoras e os caminhos para sua implantação no município. Esse trabalho foi realizado por Alice Bittencourt.



Acolhimento Familiar

9) UBERLÂNDIA - MG

Aconteceu, em fevereiro de 2016, uma oficina sobre *Famílias Acolhedoras: a qualidade no serviço de acolhimento de crianças e adolescentes e a Rede de Atendimento em Uberlândia*, de 28 horas, com a presença de 80 pessoas, entre elas o juiz da Vara da Infância e Juventude e sua equipe, a equipe técnica do serviço de acolhimento familiar do município, conselheiros tutelares, equipes de CRAS e CREAS, conselheiros do CMDCA e CMAS, equipes dos serviços de acolhimento institucional e do grupo de apoio à adoção.

Os temas transcorreram desde a concepção do cuidado, a legislação pertinente, a história da infância no Brasil, fluxos de acolhimento institucional e familiar, divulgação e captação de famílias acolhedoras, preparação continuada das famílias acolhedoras e das crianças e adolescentes acolhidos, a interface do trabalho com as famílias acolhedoras e as famílias de origem. Também um estudo de caso foi realizado em conjunto com a rede além da construção conjunta de um plano de divulgação e captação das famílias acolhedoras.



O encerramento das atividades contou com a presença da rede de proteção do município e a participação de todos na apresentação dos fluxos de acolhimento institucional e familiar com o encaminhamento de uma publicação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Essa formação foi realizada por Alice Bittencourt.



Trabalho Social com Famílias

10) ITAPETININGA - SP

Os serviços de acolhimento e o CREAS do município de Itapetininga resolveram unir esforços para formar um grupo de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Para elaborar um projeto de intervenção junto a essas famílias, o município solicitou o apoio da equipe do Neca.

O projeto foi elaborado em quatro encontros de quatro horas, entre os meses de setembro e novembro de 2016, com a participação dos técnicos e coordenadores dos quatro serviços de acolhimento institucional do município (Casa da Criança São Vicente de Paulo, GAADI, SEMEIA, Instituição Nosso Lar) e a responsável pela coordenação do CREAS, sob orientação de Milton Fiks, do Neca, totalizando 14 profissionais. No projeto, foram estabelecidos critérios de participação para as famílias e sete eixos de atuação (saúde, educação, trabalho e renda, documentação, habitação, cultura, lazer e esportes, dinâmica familiar).

Os serviços de acolhimento citados enfrentam grandes dificuldades para que as famílias, que possuem filhos em situação de acolhimento, consigam resgatar sua capacidade protetiva e possam reintegrar seus filhos, refazendo, assim, os vínculos familiares que se romperam. Essa necessidade de fortalecimento da capacidade protetiva é particularmente importante junto a algumas famílias, principalmente as que são compostas de mães jovens, que tiveram seus filhos na adolescência e que não possuem uma rede de apoio familiar e comunitário. Durante as visitas e encontros realizados por esses serviços, notou-se que algumas dessas famílias apresentavam certos padrões de dificuldades, que foram se agravando ao longo do período pelo qual elas eram acompanhadas pelas equipes técnicas dos serviços de acolhimento, tais como: dificuldade de inserção das mães no mercado de trabalho, o que acarreta falta de recursos materiais e financeiros e dificuldade em estabelecer moradia fixa. Estas condições também eram agravadas em função da baixa escolaridade, falta de qualificação profissional e fragilidade e imaturidade emocional. Segundo a equipe desses serviços, embora as mães visitadas possuam bons vínculos e vontade de permanecer com seus filhos, as condições estruturais para que isso ocorra fazem um contrapeso no sentido contrário. O referido projeto de intervenção tem como objetivo apoiar essas famílias para o enfrentamento dessas questões.

11) BAIXADA SANTISTA - SP

Em 2014 apresentamos um projeto para a Petrobras, fruto de nossas reflexões e aprendizagens no âmbito do trabalho social com famílias, que foi aprovado em seleção pública de projetos socioambientais voltados para comunidades próximas às unidades da Petrobras nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. De 297 projetos inscritos, 57 foram contemplados. O Estado de São Paulo foi contemplado com 27 projetos, dentre os quais este do NECA.

O projeto "Inovações metodológicas para o trabalho social com famílias de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social" teve como objetivo contribuir para a melhoria da política pública de proteção social por meio da qualificação e capacitação de profissionais

de nove municípios da Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Santos, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Cubatão, Praia Grande e São Vicente), sistematizando conhecimentos e disseminando metodologias e experiências dos profissionais participantes. O projeto teve início em março de 2015 e será concluído em março de 2017.

Em 2015 foi realizado um seminário inicial para 200 participantes e três módulos de formação de 16 horas cada um para uma turma de 60 profissionais dos 09 municípios da Baixada Santista (Módulos I, II e III).

Em 2016 foram realizados os demais módulos - IV, V e VI - com a mesma carga horária e para a mesma turma.

Módulo IV - Metodologia de Grupo Operativo de PichónRivière - teoria e prática. Profa. convidada Maria Leila Palma Pellegrinelli (Espaço Transforma).

Módulo V - Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. Profa. convidada Vania Curi Yazbek.

Módulo VI - O Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF). Profas. convidadas Isa Maria Guará (NECA) e Eliane Aparecida Nicolletti (SAS São Paulo).

Para 2017 está prevista a realização de um seminário final, com a apresentação de experiências de trabalho com família e debate de temas que surgiram no decorrer do projeto.

Coordenação técnica: Maria Angela Maricondi

Coordenação executiva: Maria Angela Leal Rudge

Formadora integrante da equipe NECA: Maria Elizabeth Seidl Machado



Reunião de apresentação do projeto para os municípios da Baixada Santista



Encerramento do Módulo V com a Profa. Vania Curi Yazbek

Conselho Tutelar

12) CAMPINAS-SP

Em janeiro de 2016, o NECA realizou formação inicial para a turma recém-eleita de conselheiros tutelares do município para a gestão de 2016/2019. A formação foi de 20 horas e contou com a participação de 32 pessoas, entre elas os 25 conselheiros eleitos e sete suplentes, além de conselheiros do CMDCA.

Os temas foram: a importância do cuidado no trabalho, as relações em rede, as atribuições do conselheiro tutelar, a legislação e a política de assistência social. O encontro foi aberto pela Secretária Municipal de Cidadania, Inclusão e Assistência Social, Jane Valente, e a Presidente do CMDCA, Maria José Geremias. Também neste encontro, os conselheiros reuniram-se brevemente para decidirem os grupos de cinco conselheiros por região da cidade.



A cerimônia de diplomação da formação foi feita no último dia, com a informalidade e alegria dos participantes, e a diplomação oficial foi realizada dois dias depois com a presença de autoridades no salão vermelho da Prefeitura.

13) MOGI DAS CRUZES-SP

De janeiro a julho de 2016, o NECA realizou, em parceria com o CMDCA e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares de Mogi das Cruzes com a presença de 20 participantes distribuídos em 10 conselheiros tutelares eleitos, cinco suplentes, conselheiros do CMDCA e técnicos de CREAS.

Os temas abordados ao longo dos meses englobaram assuntos como: A história da criança e do adolescente no Brasil; Legislação (ECA e todas as suas alterações até março de 2016, LOAS, PNAS, SUAS, provimentos do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, resoluções do CONANDA e do CNAS, Planos Nacionais); Atribuições do Conselho Tutelar e as limitações na atuação; Medidas de Proteção (crianças e adolescentes e seus pais ou responsáveis); Medidas Socioeducativas (em meio aberto e internação); SGD – Sistema de Garantia de Direitos e o trabalho em rede e intersetorial; O Conselho Tutelar e sua relação com o CMDCA e os conselhos setoriais; As violações de direitos pela família, sociedade e Estado; Discussão reflexiva e operativa em relação às demandas com a Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança e os conselhos setoriais; Fiscalização das organizações da sociedade civil e seus serviços, bem como dos órgãos governamentais e seus serviços; Organização interna do serviço do conselheiro: prontuários, requerimentos, notificações, visitas, horários, plantões, unificação destes documentos; SIPIA – sua necessidade e operacionalização, como articular sua implantação; Medida protetiva de acolhimento institucional e familiar, suas diferenças, fluxo de acolhimento, fiscalização, participação no PIA – Plano Individual de Atendimento; Plano de Acolhimento do município: como foi feito e seu monitoramento.



A metodologia foi participativa com debates, filmes e vídeos para discussões, com atividades em grupos e individuais. No último dia, foi solicitada uma avaliação do processo. Essa formação foi realizada por Alice Bittencourt, com o apoio de Ana Paula Pinke.

“As dúvidas são muitas, mas essa oportunidade de expor e debater a rotina e o dia a dia do conselheiro tutelar nos enriqueceu muito, nos fortalecendo na fala, no comportamento e na postura diante dos atendimentos. Agradeço às doces Alice e Ana Paula por nos ajudarem. A capacitação oferecida foi excelente.

Muito bom. Pena que durou pouco. Aprendemos muito como lidar com as situações. Gostaria que pudéssemos ter mais informações, pois por mais que tenha sido passado, sempre é bom aprender para conseguirmos lidar com as situações.

A capacitação serviu para orientar-me nas minhas dúvidas, mas também me orientou muito sobre novos pensamentos de viver. Foi excelente o aprendizado sobre as regras e leis referentes às crianças e adolescentes e me sinto mais preparada para ser conselheira tutelar.”



Fortalecimento da Política de Assistência Social

14) MOGI DAS CRUZES - SP

No município de Mogi das Cruzes, entre dezembro de 2015 e maio de 2016, o Neca também desenvolveu o projeto "SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SIGILO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS – Capacitação para profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social que atuam com a ferramenta Sistema de Informação IRSAS, contratado pela Secretaria de Assistência Social do município".

O projeto teve como objetivo promover debate junto à rede socioassistencial sobre a utilização de sistemas de informação como ferramenta de trabalho que possibilita o compartilhamento de informações sobre as pessoas atendidas pela rede de serviços; coletar subsídios para conhecer, de forma mais aprofundada, o processo de trabalho com o Sistema de Informação da Rede de Serviços de Assistência Social (IRSAS); levantar informações sobre a visão que os profissionais fazem referente ao uso do sistema; identificar as dificuldades e potencialidades encontradas no uso da ferramenta e levantar sugestões para a melhoria e aprimoramento do trabalho.

O projeto contou, em sua primeira etapa, com a realização de um levantamento da percepção dos trabalhadores no que concerne aos riscos e oportunidades da implantação de um sistema de informação e o sigilo profissional. Os resultados organizados e interpretados da pesquisa foram apresentados no Seminário “**Sistemas de informação e o sigilo profissional no âmbito do SUAS**”, visando subsidiar a apresentação dos palestrantes e contextualizar os debates dos participantes.

O evento, realizado no dia 20 de janeiro de 2016, contou com a presença de 140 profissionais de Mogi e teve como objetivo promover um debate junto à rede socioassistencial sobre a utilização de sistemas de informação como ferramenta de trabalho que possibilita o compartilhamento de informações sobre as pessoas atendidas pela rede de serviços. Durante o evento, procurou-se estabelecer um amplo debate, oportunizando às equipes da rede socioassistencial a reflexão acerca do sigilo no trabalho interdisciplinar, os cuidados e as potencialidades no uso do Sistema de Informação da Rede de Serviços de Assistência Social (IRSAS) implantado no município. Oportunizou ainda identificar e refletir sobre as principais dificuldades encontradas pelas equipes para utilização do sistema e conhecer as experiências de outras políticas públicas com relação ao processo de implantação de sistemas, socialização e troca de informações.



Plenária



Os palestrantes, a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e do NECA

As discussões realizadas no Seminário aliadas aos resultados do levantamento sobre as representações, anseios e questionamentos dos profissionais da rede socioassistencial foram aprofundadas em quatro oficinas de trabalho destinadas a todos os 171 profissionais da rede socioassistencial da Proteção Social Básica e Especial e teve como objetivo alinhar conceitos, linguagens e ações para o uso seguro do Sistema; discutir os ajustes necessários para aprimoramento da ferramenta; definir as formas de registro de informações, considerando a importância do trabalho em rede e o sigilo profissional.





A partir da avaliação positiva dos resultados do projeto realizado e das conclusões e recomendações apresentadas pelo NECA, a Secretaria Municipal de Assistência Social deliberou pela realização de uma segunda etapa de trabalho contemplando as seguintes atividades:

- Elaboração de Minuta de Resolução para regulamentação do Sistema de Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social (IRSAS) junto ao COMAS;
- Elaboração de Minuta de Decreto Municipal para instituir o Sistema de Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social (IRSAS) no município;
- Avaliação dos registros de informações do Sistema e sugestões de reformulação;
- Protocolo com orientações técnicas para a normatização das informações do Sistema;
- Declaração a ser assinada pelos usuários para ciência do compartilhamento das informações.

Os documentos produzidos pelo NECA e validados pela equipe da Vigilância Socioassistencial de Mogi, foram apresentados e debatidos em uma oficina de trabalho para os profissionais da rede socioassistencial do município. O projeto foi coordenado por Maria Angela Leal Rudge, com a participação de Rilma Bento e Luciane Jabur.

Supervisão

A supervisão oferecida pelo Neca tem como principal objetivo promover a reflexão, a aprendizagem e o desenvolvimento dos profissionais de serviços socioassistenciais, tendo em vista a melhoria de seus projetos e práticas cotidianas. A supervisão permite que o conhecimento dos participantes sobre as práticas cotidianas dos serviços possa ser reconhecido e articulado, de forma que os aspectos subjetivos das pessoas envolvidas e da dinâmica institucional possam ser considerados e trabalhados.

O Neca acredita que a supervisão institucional, trabalhada como uma oportunidade de transformação e mudança das práticas e dos serviços, pode repercutir na garantia de direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

Na estratégia de supervisão institucional são promovidos encontros com os profissionais do serviço, nos quais são discutidas situações mobilizadoras do cotidiano. Nesses encontros é possível refletir de forma coletiva sobre as diversas dinâmicas institucionais e organizacionais.

A supervisão institucional foi normatizada pela Resolução CNAS nº 6, em 13 de abril de 2016, que define a *supervisão técnica* como uma estratégia de formação coletiva que pode ser desenvolvida com base em diferentes abordagens e técnicas, devendo ser orientada pelas necessidades da(s) equipe(s) participante(s), propiciando ampla participação de todos (Art. 6º). Poderá ser considerada **interna** quando o supervisor integrar o quadro de profissionais da Assistência Social; ou **externa** quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela(s) equipe(s) do SUAS (Art. 6º inciso 3º). Configura-se como ação contínua de qualificação profissional estruturada por um período de seis meses, no mínimo (Art. 6º inciso 1º).

Em 2016, foram realizadas supervisões em instituições governamentais e não governamentais de seis municípios, totalizando a participação de 133 profissionais.

SANTOS-SP

No final do ano de 2015, a prefeitura do município de Santos contratou o NECA para iniciar um processo de supervisão durante o período de doze meses. Os encontros de supervisão possuíam dois formatos diferentes: um só com a participação da coordenação e das equipes técnicas e outro para toda a equipe de profissionais, incluindo coordenação, equipes técnicas e os operadores sociais.

A coordenação e as equipes técnicas dos serviços Vó Benedita, Mensageiros da Luz e a equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar participaram conjuntamente de duas supervisões por mês, com duração de duas horas cada encontro.

As equipes técnicas dos outros três serviços conveniados (Anália Franco, Santo Expedito e Casa da Criança) também participaram conjuntamente de dois encontros quinzenais de supervisão com duas horas de duração cada encontro.

Toda a equipe de profissionais (coordenação, equipe técnica e operadores sociais) dos serviços de execução direta da prefeitura de Santos (Seacolhe e Seabrigo) participou de encontros quinzenais de supervisão com duração de quatro horas.

Todos os encontros de supervisão foram feitos pelo supervisor do NECA, Milton Fiks, em parceria com a coordenadora geral da proteção especial da Secretaria de Assistência Social de Santos, Coemara Hore de Oliveira. A participação da representante da prefeitura foi fundamental no sentido de aproximar a realidade dos serviços da gestão da prefeitura. Esta parceria possibilitou melhor compreensão da política de proteção especial e a sinergia na busca de soluções, muitas vezes coletivas, para as vicissitudes dos serviços. Participaram desses encontros de supervisão em torno de 53 profissionais mensalmente.

Os temas, de maneira geral, versaram sobre uma vasta gama de assuntos: discussões de casos, procedimentos, fluxos, rotinas, sexualidade, drogas, patologias, humanidades, questões institucionais, questões organizacionais, questões de políticas públicas, etc.

Ao final deste projeto, foi proposta a continuidade da supervisão por um período de mais 12 meses, porém, em um outro formato, de modo que fosse possível abranger a maioria dos profissionais dos serviços conveniados.

Neste novo modelo foi sugerido que as supervisões fossem feitas in loco no mesmo modelo que já vinha sendo feito com os serviços de execução direta da prefeitura, ou seja com a participação dos coordenadores, equipe técnica e operadores sociais (educadores)

SÃO PAULO – SP

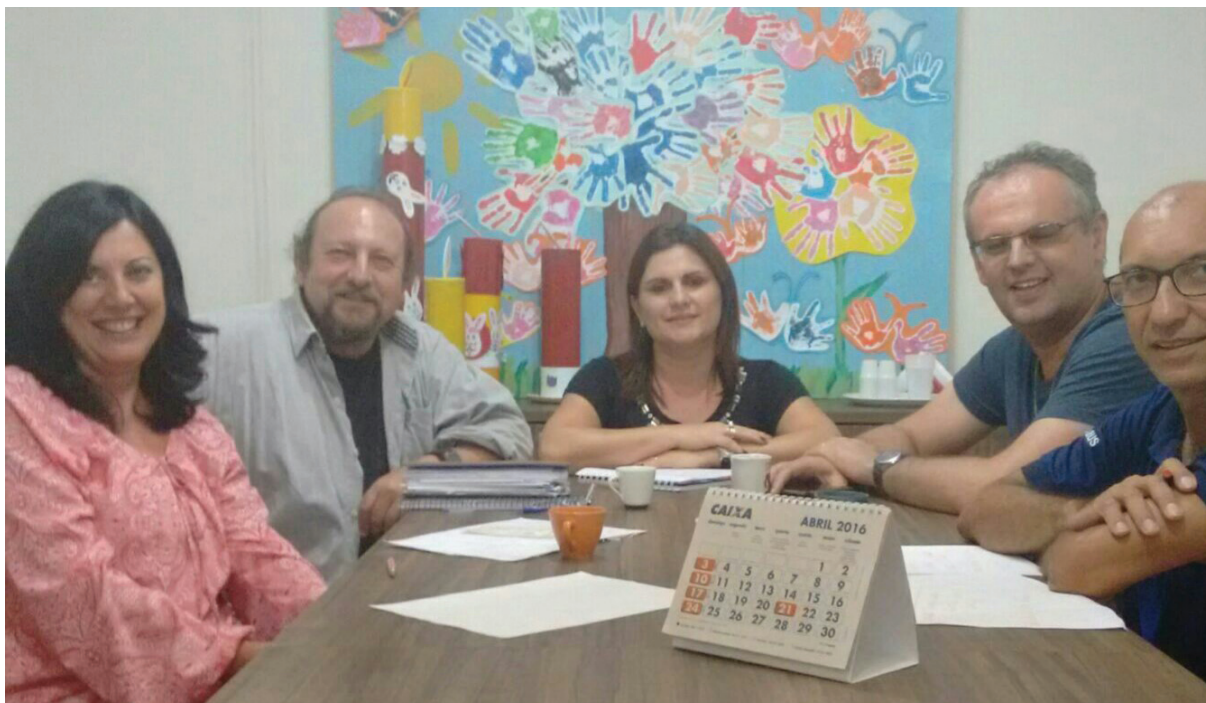
No ano de 2016, prosseguimos com o processo de supervisão iniciado em 2015 nos três serviços de acolhimento da Casa Cristo Redentor (Vovó Cecília, Vovó Matilde e Vovô Nelson). Embora cada um tenha a sua singularidade, existem questões que são comuns aos três, já que pertencem à mesma organização e à mesma região de São Paulo. Neste sentido, foram realizados encontros mensais com a equipe de cada serviço (coordenação, equipe técnica e educadores) e um encontro mensal conjunto com as coordenações e equipes técnicas dos três serviços.

Durante as supervisões, foram abordados vários temas, dentre eles podemos destacar: discussão de casos, sexualidade, formação de equipes, agressividade/violência, adolescência, furtos, trabalho com famílias, apadrinhamento afetivo, autonomia, bullying, hábitos alimentares, rotinas, procedimentos, escola/educação, casos psiquiátricos, drogas, cuidado com bebês, morte e luto etc. Esta supervisão foi realizada por Milton Fiks e contou com a participação de 33 profissionais.

JAGUARIÚNA-SP

O NECA vem desenvolvendo ações de capacitação e supervisão de forma intermitente no Lar Feliz

desde 2013. O Lar Feliz se encontra localizado no município de Jaguariúna. Em 2016, foram realizados cinco encontros de supervisão abordando as principais dificuldades enfrentadas pelas equipes técnicas e de educadores dos diferentes grupos de crianças e adolescentes. Participaram desses encontros, seis técnicos e em torno de seis a oito educadores de cada um dos grupos de crianças e adolescentes (meninos, meninas, bebês)



Reunião entre a equipe do Lar Feliz e a equipe do Neca para definição das ações a serem desenvolvidas em 2016.

PIRACICABA-SP

O serviço de acolhimento Lar Franciscano em outros anos já participou de processos de supervisão com o NECA. Existe uma tradição de parceria e confiança mútua entre as duas organizações.

A supervisão, realizada por Milton Fiks, no ano de 2016, focou-se basicamente no suporte ao serviço para estudos de uma possível transição de identidade e assunção de outro serviço. Neste ano, o Lar Franciscano começou a fazer estudos para, eventualmente, ou se transformar em uma residência inclusiva ou abrir um novo serviço de residência inclusiva no município de Piracicaba.

A principal motivação desta mudança foi o fato de que, historicamente, a prefeitura e a Vara da Infância e Juventude de Piracicaba encaminhavam a maioria das crianças e adolescentes com necessidades especiais e sem possibilidade de retorno familiar do município para este serviço. Estas crianças que têm longa permanência na instituição, cresceram, tornaram-se adolescentes e agora estão na iminência de serem desacolhidos. Atualmente, o município não conta com serviços de qualidade para o encaminhamento destes jovens, tão pouco com residências inclusivas.

A coordenação e a equipe técnica do Lar Franciscano, preocupadas com o futuro de seus acolhidos, começou a pressionar o município a responder com alternativas de qualidade para o destino destes jovens. O Lar fez muitas pesquisas, estudou a temática, mas as tratativas para negociar com a prefeitura a possibilidade da abertura de uma residência inclusiva no município

não foram bem-sucedidas. O ano de 2016 foi repleto de embates entre a organização social e a prefeitura, com muitos desgastes políticos e emocionais. A supervisão foi realizada para os cinco técnicos do serviço, com perspectiva de continuidade em 2017.

SANTA GERTRUDES-SP

Foram realizados, no município, 20 encontros de supervisão de trabalho árduo, criativo e transformador, com estruturação planejada a muitas mãos (Gestora da Assistência Social, Coordenadoras e Equipes de CRAS, CREAS e o Serviço de Acolhimento Institucional). Foram dois encontros mensais de oito horas cada um, durante doze meses, com a seguinte organização:

1º encontro do mês: alinhamento conceitual pela manhã (todas as equipes e coordenações) e reunião com a equipe de gestão à tarde.

2º encontro do mês: supervisão da equipe de CRAS pela manhã e supervisão da equipe de CREAS e Acolhimento Institucional à tarde.

Estiveram envolvidos neste processo cerca de 20 profissionais: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e oficineiros.

Na foto, o grupo durante café da manhã de encerramento do ano. O trabalho foi realizado por Maria Angela Maricondi.



ITATIBA-SP

O processo de supervisão realizado pelo Neca em Itatiba teve início em 2013 e, desde então, vem formando seus profissionais com o objetivo de oferecer um serviço de qualidade às crianças e adolescentes acolhidos. As supervisões no ano de 2016 ocorreram com encontros mensais de 4 horas com toda a equipe, composta pela coordenação, três técnicos e seis educadores. Em muitos dos encontros, as questões se ativeram a discussões de caso, manejo e possíveis encaminhamentos das necessidades levantadas. A supervisão dessa equipe tem sido realizada por Milton Fiks.

Assessoria e Consultoria

O Neca também realiza serviços de assessoria e consultoria para a elaboração de planos setoriais, tais como o de Direitos da Criança e do Adolescente e de Convivência Familiar e Comunitário, para a implementação de processos de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional, para a realização de diagnósticos sobre a situação da infância e adolescência e sobre o trabalho infantil, entre outros.

A assessoria e as consultorias realizadas partem, do ponto de vista metodológico, do mesmo pressuposto da formação oferecida pelo Neca, qual seja, a importância da participação, a escuta e o empoderamento dos atores envolvidos.

Em 2016, realizamos assessoria para o município de Paulínia, com o objetivo de contribuir com o processo de reordenamento do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e consultoria para o município de Embu das Artes para a elaboração do diagnóstico da situação do trabalho infantil no município.

Em cada um desses municípios, participaram das ações desenvolvidas em torno de 30 profissionais.

A prefeitura do município de **Embu das Artes -SP**, por meio da Secretaria de Assistência Social e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, firmou parceria com o NECA para a elaboração do “Diagnóstico sobre o Trabalho Infantil e Exploração Sexual no município de Embu das Artes”, trabalho que foi realizado entre julho e novembro de 2016.



O projeto teve como objetivo diagnosticar focos de trabalho infantil e exploração sexual no município de Embu das Artes, e contou com o envolvimento de toda a rede de atendimento. No início de agosto foi realizada a primeira reunião de sensibilização, que contou com a participação dos setores envolvidos diretamente, como também de outras secretarias municipais, como Secretaria de Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Turismo, Secretaria de Esportes, Secretaria de Comunicação, entidades de atendimento do município, Vara da Infância e Juventude e Conselho Municipal da Criança e Adolescente/CMDCA.



Em novembro de 2016 foi realizado seminário municipal para a apresentação dos resultados encontrados no diagnóstico.

Para o Neca, muito embora os indicadores tenham demonstrado significativa queda nos últimos 20 anos no Brasil (quase 60%), temos ainda o desafio de retirar 4,8 milhões de crianças que estão hoje em trabalho infantil urbano, doméstico e narcotráfico. Precisamos recolocar a questão do trabalho infantil na agenda, tema que encontrou considerável espaço na década dos anos 90 na agenda nacional de direitos humanos e direitos da criança e adolescente.

A equipe responsável por esse trabalho foi composta por Eliana Barsotti, Vanessa Munhoz, e Edgar Demarche Júnior, sob a coordenação de José Carlos Bimbatte.

Em Paulínia/SP o NECA realizou, em parceria com a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, com acompanhamento do Ministério Público e da Justiça da Infância e da Juventude, o *Projeto de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes* do município, adotando como eixos centrais a qualificação dos serviços para oferecer proteção integral e garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O projeto, com a duração de 12 meses, abarcou várias fases, desde o diagnóstico da situação dos serviços de acolhimento e das crianças e adolescentes acolhidos, elaboração participativa de modelo unificado e revisão dos Planos Individuais de Atendimento (PIAS), participação nas Audiências

Concentradas realizadas no período, elaboração de parecer técnico - documento base para a revisão da minuta do Edital de chamamento público - na perspectiva de efetuar a transição da gestão de acolhimento municipal próprio para a iniciativa não governamental, visando assegurar direitos básicos dos acolhidos, garantir suporte técnico aos trabalhadores e reorganizar o trabalho.

Além da formação dos educadores dos serviços de acolhimento e suas equipes técnicas, o NECA assessorou as práticas diárias destes profissionais e da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social visando um processo de transição gradativo dos adolescentes acolhidos de um para outro serviço de acolhimento do município. O projeto trabalhou, também, com a rede local do Sistema de Garantia de Direitos na direção de qualificar as relações e identificar as lacunas existentes no Município em cada uma das políticas públicas envolvidas no atendimento das crianças e adolescentes. Elaboraram-se, com a rede, os fluxos de trabalho conjunto entre a educação e os serviços de acolhimento.



O projeto contribuiu para formalização de acordo entre a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e o Ministério Público do Estado de São Paulo quanto à oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes atendidos nos serviços de acolhimento institucional e na instalação do Programa de família acolhedora “Viver em Família” no município. A equipe do Neca contou com Alice Bittencourt, Dayse Cesar Franco Bernardi e Milton Fiks.

Cursos e Oficinas

Com o objetivo de oferecer aos profissionais que atuam na área da infância e adolescência um espaço de reflexão e troca de experiências, o Neca desenvolve em sua sede, desde 2011, cursos com carga horária de 32 horas e oficinas com carga horária de 16 horas sobre temas fundamentais para a qualificação das ações profissionais no cotidiano dos serviços, programas e projetos que visem à promoção, proteção e defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2016 foram oferecidos nove cursos e oficinas para 154 profissionais de 27 municípios de São Paulo, um município do Paraná e três municípios de Minas Gerais.

CURSOS E OFICINAS REALIZADAS EM 2016

- Apadrinhamento Afetivo
- Comunicação e Vínculo
- Projeto Político Pedagógico
- Plano Individual de Atendimento de Crianças e Adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar.
- Estudo social e seus registros
- Enfrentamento à Violência Sexual
- Trabalho com Jovens usuários
- Experiências e Práticas em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC)
- Desenvolvimento da Infância e Adolescência

MUNICÍPIOS QUE PARTICIPARAM DOS CURSOS E OFICINAS EM 2016

São Paulo:

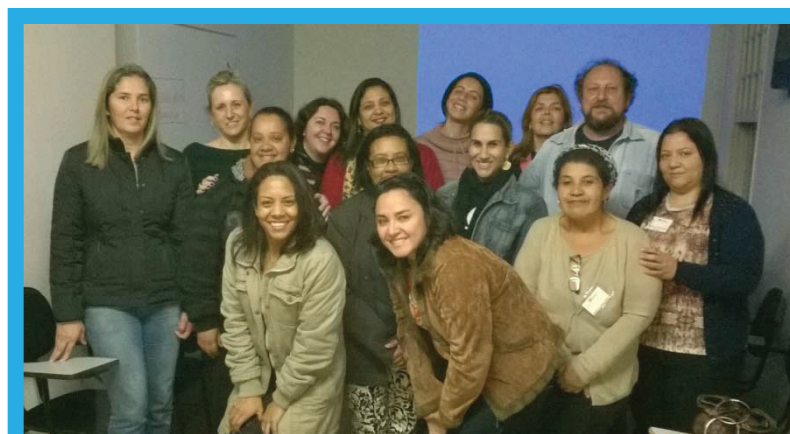
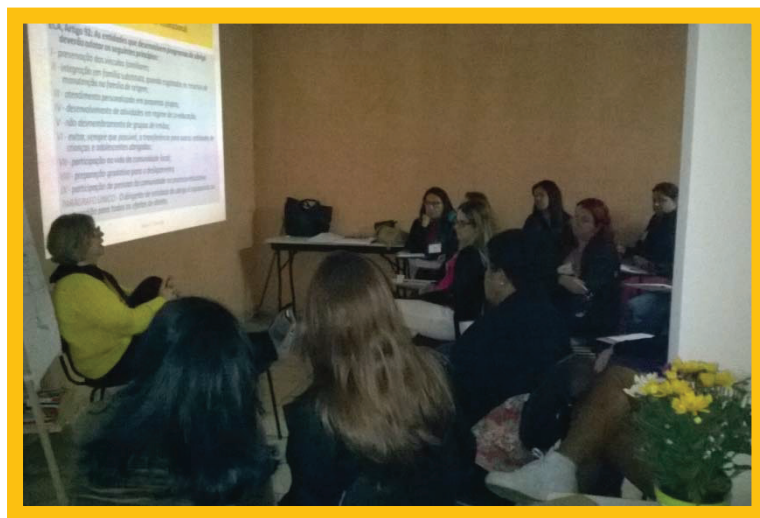
Alumínio, Americana, Barueri, Bertoga, Cerquilha, Cotia, Guararema, Guarulhos, Hortolândia, Itapema, Itu, Ituverava, Jaguariúna, Lençóis Paulista, Ouroeste, Paulínia, Praia Grande, Salto, Santa Cruz das Palmeiras, São Paulo, São Sebastião, Sorocaba, Tremembé, Valparaíso, Vargem Grande Paulista, Votuporanga, Tremembé

Paraná:

Curitiba

Minas Gerais:

Nanuque, Poço Fundo, Unai



CURSOS E OFICINAS REALIZADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS

Os mesmos temas trabalhados nos cursos e oficinas realizados na sede do Neca são oferecidos, por meio de cursos, oficinas e palestras, em outros municípios. Neste caso, os conteúdos trabalhados em cada tema são focados na realidade de cada município. Em muitas situações, são convidados para participar da atividade realizada pelo Neca atores do Sistema de Garantia de Direitos implicados no tema da oficina. Na maioria das vezes, são oficinas com duração de 16 horas. Aqui também a escuta, a participação e o empoderamento são estratégias metodológicas utilizadas pelo Neca.

Em 2016 foram realizadas atividades formativas neste modelo em dez municípios, com a participação de 439 profissionais.

Nos municípios de Araçatuba (SP), Governador Valadares (MG) e Herval do Oeste (SC) foram realizadas oficinas sobre o Plano Individual de Atendimento de Crianças e Adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, com carga horária de 16 horas, e participação de 54, 27 e 32 profissionais respectivamente, realizadas por Alice Bittencourt e Dayse Bernardi.



Oficina realizada em Herval do Oeste - SC

Nos municípios de Birigui, Descalvado e Morro Agudo, foram realizadas oficinas sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual, com a participação de 34, 25 e 18 profissionais, respectivamente, ministradas por José Carlos Bimbatte.

Em Morro Agudo também foi realizada a Oficina sobre Práticas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC), com a professora Isa Maria Guará, com a participação de 9 profissionais.

Em Caraguatatuba (SP) foi realizada a oficina sobre Família Acolhedora, com a participação de 33 profissionais, desenvolvida por Alice Bittencourt.

"Além das expectativas! Ótimo. Essa capacitação nos trouxe embasamentos para darmos continuidade ao Programa Família Acolhedora no município do Caraguatatuba. Foram dois dias muito produtivos."

Em Macapá (PA) e Rio das Pedras (SP) foi realizada a oficina sobre Apadrinhamento Afetivo, desenvolvida por Alice Bittencourt, com a participação de 56 profissionais em Macapá e 24 em Rio das Pedras.



Oficina realizada em Rio das Pedras

"A oficina apresentada trouxe um leque de conhecimentos. A troca de experiências nos proporcionou conhecer outras realidades, umas tão distantes e outras em comum, porém com o diferencial das possibilidades de avanços, de construir e conquistar. No momento em que o mundo passa por um período de desconstrução de direitos, hoje estamos buscando novas possibilidades, quebrando preconceitos, estigmas e desconstruindo para construir o novo na ótica do direito igualitário." (Avaliação da Oficina realizada em Macapá)

Em Votuporanga (SP), por intermédio do Senac do município, o Neca participou do "Seminário Municipal de Proteção Social Especial: crianças, adolescentes e famílias", com a realização de duas palestras, uma sobre o Adolescente em Conflito com a Lei, com Isa Maria Guará, e a outra sobre Violência Física e Sexual, com Rose Miyahara. Essas palestras contaram com um público de 50 profissionais da região.

Após o Seminário, o Neca realizou três oficinas com carga horária de oito horas, uma sobre "O Projeto Político-Pedagógico dos Serviços de Acolhimento e o Atendimento em Rede", com Dayse Bernardi, outra sobre "O Adolescente em Conflito com a Lei: Perfil e Atribuições das Equipes Técnicas e a Metodologia de Atendimento Socioeducativo", com Isa Maria Guará, e a terceira com Rose Miyahara, sobre "Creas - Construindo Metodologias e Atendimento: Aspectos Conceituais e Teóricos sobre a Atuação dos Técnicos no Atendimento à Violência Doméstica". Participaram destas três oficinas 77 profissionais.

Outras Ações

SIABRIGOS

O Siabrigos, sistema de informação desenvolvido pelo Neca sob a coordenação de Isa Guará, Dayse Bernardi e Maria Angela Rudge, desde 2009 está sendo utilizado pelo município de Uberlândia – MG, resultado da parceria entre a Promotoria Pública e a Secretaria de Assistência Social do Município.

São quatro serviços de acolhimento institucional do município, executados pelas organizações Missão Esperança, Casa de Amparo Infantil Carol, Missão Sal da Terra e Lar Maria de Nazaré, que utilizam o sistema com o suporte técnico do Neca, viabilizado por Ana Maria Zagatti, com assessoria da S2it Solutions Consultoria Ltda.

Em 2017 pretende-se desenvolver uma nova versão desse sistema com atualização de conteúdo e de plataforma. Os serviços de acolhimento e os municípios que já o utilizaram e os que ainda o utilizam atualmente apontaram necessidades de ajustes e inclusões que serão implementadas em 2017, assim como a mudança para uma plataforma operacional que dê maior capacidade para o Siabrigos. O objetivo é oferecer o Sistema para um número maior de serviços de acolhimento a partir de 2017.

Seminários “Cuida Bem de MIM!”

Estava programada a realização de cinco Seminários Regionais para dar sequência à campanha “Cuida Bem de MIM!”, que tem por foco a garantia da qualidade no acolhimento institucional.

Para viabilizar esta ação, no primeiro semestre de 2016, realizamos em Recife (PE), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS) e Brasília (DF), reuniões com gestores da política de assistência social, do sistema de justiça e de organizações sociais. Nos três primeiros, para estabelecer parcerias locais, uma vez que estavam indicados como sedes para a realização dos encontros, e em Brasília para diálogo com a Secretaria Nacional de Assistência Social, parceira do evento, para discutir a realização dos seminários em um momento de mudança da gestão dessa Secretaria.

No Mato Grosso e no Rio Grande do Sul conversamos diretamente com os Secretários Estaduais, e em Pernambuco com um grande número de gestores, tanto do estado como do município de Recife.

Dadas as condições de contenção de recursos impostos pela crise, ainda no primeiro semestre, reduzimos nossa expectativa para a realização, em 2016, de seminários apenas nas três regiões visitadas.

Apresentamos o projeto para diversos financiadores do setor privado, e buscamos o apoio do poder público, onde até chegamos a ter um diálogo consistente, mas com a evolução da conjuntura e queda de arrecadação não foi viabilizado nenhum dos eventos programados.

Aliado a isso, a maioria das organizações parceiras nesta campanha também passou por sérios problemas de sustentabilidade financeira.

A nossa posição, para 2017, é de não investir nesta campanha neste momento, pois não consideramos que haja uma mudança significativa de conjuntura, tanto por parte dos financiadores como dos parceiros, que possa viabilizar a sua realização neste ano.

Em 2017 pretendemos realizar mais uma edição do Seminário Qualidade no Acolhimento, para discutir práticas e posturas, particularmente quando estão sendo discutidas importantes alterações na legislação sobre adoção, o que pode ter repercussões profundas na prática do acolhimento.

Movimentos nacionais e internacionais

Assembleia Geral do FICE Internacional

O Neca participou da Assembleia Geral do FICE Internacional em Viena (Áustria), em 21 de agosto de 2016, ocasião em que foi eleito **membro pleno** da Federação Internacional das Comunidades Educativas pelos 18 países presentes, representantes da Europa, América do Norte e do Sul, Ásia, África do Sul e do Norte.

Foi aprovado o planejamento financeiro do FICE e eleita a nova diretoria com presidência de **Hermann Radler** (FICE Áustria), apoiado por Rolf Widmer (FICE Suíça), vice-presidente **Emmanuel Grupper** (FICE Israel) e Secretaria Geral **Bettina Terp** (FICE Áustria).

Cada país presente apresentou suas ações e o Brasil, representado por Dayse Cesar Franco Bernardi (NECA/SP) expôs, com auxílio de Anna Smith (FICE Suíça), os trabalhos desenvolvidos pelo FICE Brasil, realçando o Seminário Internacional realizado em novembro de 2015 que contou com a presença de vários representantes do FICE Internacional, a campanha “Cuida Bem de Mim”, os projetos de formação de educadores dos serviços de acolhimento e os esforços para o reordenamento e expansão qualificada dos serviços de acolhimento no país, focados na garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

A ênfase do trabalho com famílias foi compartilhada por Sérvia, Romênia e pela Espanha que tem nova lei para garantir a qualidade desta ação. A Romênia apresentou o projeto de apoio às famílias mais pobres para que as crianças frequentem as escolas, com ações inclusive nas regiões rurais. Estão realizando campus de férias para jovens com voluntários no contraturno escolar.

A Alemanha, Romênia, Holanda, Sérvia, Bulgária e Israel chamaram a atenção para a necessidade de combinar melhor as diferentes formas de cuidados alternativos e manter acolhimento institucional e familiar nos países, evitando o esvaziamento de um pelo outro. Enfatizou-se a importância da troca de experiências entre os países e municípios. A Bulgária destacou o processo de desinstitucionalização, compreendido como o fechamento das grandes instituições e a abertura de pequenos serviços na comunidade. Israel fez uma declaração contra a ideia de que todo acolhimento institucional é ruim, classificando esta posição como propaganda de organização americana.

Finlândia e Holanda estão priorizando pesquisas sobre violência contra crianças, em especial a violência sexual, e incentivaram ações de formação para conversas qualificadas com os jovens sobre sexualidade.

Canadá (James Aglin) quer estender a rede do Fice e está discutindo o acolhimento de crianças indígenas, o tempo da justiça e o trabalho com jovens nacionalmente.

Um ponto relevante e muito discutido foi a situação das crianças refugiadas da Síria e as ações do FICE na direção de expandir projetos que já existem, como o conceito de Parques-Seguros nos campos de refugiados. Foram atendidas 2 mil crianças em 2 anos em 4 regiões e treinadas pessoas para ações de proteção da infância. A Alemanha destacou a luta contra as diferenças de educação entre os alemães e refugiados. A Sérvia relatou o trabalho realizado com refugiados e a realização de uma Conferência Nacional sobre a participação dos jovens egressos de serviços de acolhimento no Congresso Internacional do FICE para o qual foram escolhidos 5 jovens.

O FICE Internacional criou um prêmio para experiências interessantes. No ano de 2016, a Alemanha ganhou o 1.º prêmio com a criação da Associação Nacional de Jovens Egressos.

A linha de ação central do Fice Internacional, decidida pela Assembleia Geral, foi o apoio do FICE aos vários países para o trabalho com os jovens egressos dos serviços de acolhimento, no sentido de apoiá-los após os 18 anos e ouvi-los para que possam influenciar mais sobre as leis relativas ao acolhimento.

Nesta direção, o Congresso do FICE reuniu 80 jovens de vários países, inclusive dois brasileiros, ex-acolhidos da Chácara dos 4 Pinheiros de Curitiba (PR).



33.º CONGRESSO DO FICE INTERNACIONAL “TOGETHER TOWARDS A BETTER WORLD FOR CHILDREN, ADOLESCENTS AND FAMILIES” REALIZADO EM VIENA DE 22 A 25 DE AGOSTO DE 2016.

O Congresso, realizado logo após a Assembleia Geral, contou com a participação de 60 países e foi organizado em conferências, palestras, painéis temáticos e workshops (em inglês e alemão).



O NECA (FICE Brasil) representado por Dayse Bernardi coordenou a Sessão Temática sobre Cuidados para a Infância e Juventude no Contexto da América Latina, com a apresentação dos seguintes trabalhos:

Voltar para esta casa? A desinstitucionalização de crianças e adolescentes na Região Sul do Brasil – Marlene Schussler D' Aroz - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná – Brasil. (darozmarlene@gmail.com)

Cuidados Formais de Parentesco: prevenir e reduzir a necessidade de cuidados institucionais - a experiência brasileira - Jonathan Hannay

ACER- Brasil. São Paulo- Brasil. (jonathan@acerbrasil.org.br)

Jovens em acolhimento institucional e o apoio para uma vida independente - Manuela Fagundes. Instituto Fazendo História. São Paulo - Brasil. (manuelaafagundes@gmail.com).

Cuidados Alternativos para crianças e adolescentes no contexto latino-americano: a situação do Brasil e a campanha “Cuida Bem de Mim”. Dayse Cesar Franco Bernardi. NECA. São Paulo - Brasil. daysecfbernardi@uol.com.br.



Apresentação de Dayse Bernardi, com tradução e apoio de Jonathan Hannay.



Da esquerda para a direita: Representantes do Brasil no 33.º Congresso Internacional do FICE: Marlene D'Aroz (Curitiba/PR); Manuela Fagundes (Grupo Nós/IFH/SP); Dayse Bernardi (NECA/SP); Jonathan Hannay (ACER Brasil/SP). A comitiva participou da mesa sobre a realidade latino-americana coordenada por Dayse Bernardi com tradução e apoio de Jonathan Hannay.



Jovens apresentando no Congresso Internacional do FICE suas indicações para as políticas de apoio aos egressos de acolhimento.

O próximo Congresso do Fice Internacional será em Israel no período de 30 de outubro a 04 de novembro de 2019.

Após o Congresso, nos período de 26 a 29 de agosto, Dayse Bernardi (SP), Marlene D'Aroz (Curitiba/PR) e dois jovens brasileiros egressos dos serviços de acolhimento de Curitiba (Douglas e Fábio) integraram a comitiva composta por: James Aglin (Canadá), Anna Smith (Suíça) e um colega da Escócia em visita à Budapeste/Hungria para conhecer os serviços de acolhimento institucional e familiar e a política de atendimento às crianças e adolescentes afastadas dos cuidados parentais. O intercâmbio de experiências de acolhimento permitiu ao NECA identificar os avanços internacionais nos cuidados alternativos e, a necessidade de sua implementação no Brasil.

O relatório dessa visita está disponível no site do Neca www.neca.org.br.

PARTICIPAÇÃO NA ELEIÇÃO DO CONANDA

Em dezembro, o Neca, representado por seu presidente, Celso Veras Baptista, esteve em Brasília para participar do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foram eleitas 18 entidades titulares e 18 suplentes para representar a sociedade civil neste conselho, articulador da pauta nacional na defesa dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com cada eixo:

EIXO 1 - Fóruns, comitês, redes e movimentos de nível nacional de composição exclusiva da sociedade civil que atuam em pelos menos um dos eixos de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente;

Entidade Titular: FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

Representante: CATARINA DE SANTANA SILVA

Entidade Suplente: REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL – REDTRANS

Representante: SARAH MAGALHÃES URBIET

EIXO 2 - Entidades que atuam em pelo menos um dos eixos de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente, de pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes com deficiência, representativas da diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, de nacionalidade, do campo da floresta e das águas, povos e comunidades tradicionais e outras especificidades

Entidades Titulares

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ

Representante: LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES – FENAPAES

Representante: ANNA BEATRIZ LANGUE PERANOVICHI LEITE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR – CECUP

Representante: EDMUNDO RIBEIRO KROGER

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG

Representante: ANTONIO LACERDA SOUTO

CASA DE CULTURA ILÊ ASÉ D' OSOGUÂ – CCIAO

Representante: RENATO CESAR RIBEIRO BONFIM

Entidades Suplentes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA

Representante: MANOEL TORQUATO CARVALHO DE SOUZA

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA - MNMMR

Representante: JOÃO BATISTA DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH

Representante: LIORCINO MENDES PEREIRA FILHO

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA – ENEGRECER

Representante: CRISTIANA DOS SANTOS LUIZ

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS - ARTGAY

Representante: JOSÉ FELIPE DOS SANTOS

EIXO 3 - Entidades que atuam em pelo menos um dos eixos de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente nas temáticas de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, trabalho, justiça e segurança pública, bem como das especificidades das crianças e adolescentes em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas, dentre outros

Entidades Titulares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ABEC

Representante: JIMENA DJAUARA NUNES DA COSTA GRIGNANI

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB

Representante: VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALÉRIO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– ANCED

Representante: ROMERO JOSE DA SILVA

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT

Representante: MARCO ANTONIO SOARES

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS - FENATIBREF

Representante: FRANCISCO RODRIGUES CORREA

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CRISTÃS DE MOÇOS – ACM

Representante: ADRIANO DE BRITOS

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Representante: GLICIA THAIS SALMERON DE MIRANDA

INSTITUTO TELLUS

Representante: VITOR BENEZ PEGLER

Entidades Suplentes

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP

Representante: IOLETE RIBEIRO DA SILVA

INSTITUTO ALANA

Representante: THAIS NASCIMENTO DANTAS

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Representante: SERGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB

Representante: ÉLIO BRAZ MENDES

EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL – AVANTE

Representante: ANA OLIVA MARCILIO DE SOUZA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS

Representante: JULIANA IGLESIAS MELIM

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA – FLD

Representante: CIBELE KUSS

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Representante: HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA

O CONANDA, no Biênio 2017/2018, tem como presidente Claudia de Freitas Vidigal, Secretária Especial dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, como vice-presidente, Marco Antônio Soares, da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA – MNPCFC

O Movimento é constituído por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de todo o Brasil, atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária, com o objetivo de fortalecer a atuação em rede, em sua incidência técnica e política no campo de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, visando fomentar a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e destacar sua relevância no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescentes (PDDHCA).

O Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária foi decorrente do projeto “Fórum Nacional de Convivência Familiar e Comunitária” idealizado pela Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) para dar sequência a ações iniciadas no Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (GT Nacional 2005-2011) composto por Governo e OSCs. O GT Nacional, criado em novembro de 2005 por iniciativa da Terra dos Homens e do Unicef, realizou 18 encontros (seminários e oficinas) em todo o país para debater e disseminar modalidades alternativas à institucionalização de crianças e adolescentes e incentivar a criação de políticas públicas com foco efetivo no apoio à família.

O Neca participa desse movimento desde 2005, na época GT Nacional, representado por Maria Lúcia Gulassa e, a partir de 2014, representado por Dayse C.F. Bernardi que participa como membro do Grupo Gestor do Movimento da gestão 2015/2017, integrando a região sudeste do país. Os membros do Grupo Gestor são a representação máxima do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária durante o período de seu mandato.

Em 2015, o MNPCFC foi formalizado e teve o projeto para sua implementação aprovado pelo CONANDA/SDH, com verba liberada a partir de abril de 2016.

O Movimento Nacional CFC teve sua governança estruturada e fortalecida por meio da aprovação e implementação de seu Regimento Interno e Planejamento Estratégico, com realização da I Assembleia Geral em Belo Horizonte (MG) e Reunião do GG em Manaus (Região Norte).

O Movimento realizou, nos dias 30 e 31 de maio, em parceria com a Terra dos Homens e o Projeto Providência, o **II Ciclo de Debates Latino-Americano sobre Trabalho Social com Família de Crianças e Adolescentes**, em Belo Horizonte/MG, Brasil, com o apoio Family For EveryChild, Itaipu Binacional e Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, RedLatinoamericana de Acogimiento Familiar (Relaf), Dayrell Hotel & Centro de Convenções, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Famiglia Materna. Realizou, também, o Levantamento dos Planos Estaduais e Municipais de Convivência Familiar e Comunitária e dos Planos Decenais de Direitos Humanos para fomentar e monitorar as políticas e sua implementação no Brasil, cuja sistematização está prevista para 2017. No eixo da comunicação, o movimento criou e mantém o Site do Movimento Nacional CFC e o Egrupo com reuniões sistemáticas do Grupo Gestor.

O MNPCFC pretende mapear e difundir conhecimentos de metodologias e práticas nos temas vinculados ao Plano CFC, inclusive participando da revisão das “Orientações Técnicas sobre Acolhimento Familiar” junto a SDH.

Para maio de 2017 foram programados o Seminário Nacional “Diálogo Nacional sobre a Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes” e a “II Assembleia Geral em Recife”, ocasião de eleição e escolha do novo Grupo Gestor e da Secretaria Executiva.

Conheça a história de criação e as ações do Movimento, pelo site <http://www.movimentonacionalpcfc.org.br/pt-BR/histories>



COMISSÃO ESTADUAL INTERSETORIAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O NECA, representado por Isa Guará e Dayse Bernardi, integra a Comissão Estadual Intersetorial para elaboração, acompanhamento e implementação do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, participando das reuniões ordinárias mensais promovidas na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo desde a publicação da **Resolução SEDS 14, de 17-08-2016**.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA - RNPI



A RNPI é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza.

Formada inicialmente por um pequeno grupo de cerca de dez organizações, a RNPI iniciou suas atividades em março de 2007. Hoje somos mais de 160 organizações de todas as regiões do Brasil.

A RNPI é composta pela Assembleia Geral, Grupo Gestor, Grupos de Trabalho e pela Secretaria Executiva que, eleita a cada triênio, é a organização responsável pela coordenação das ações da Rede.

Já os Grupos de Trabalho estão estruturados nos seguintes eixos: Brincar, Proteção e Prevenção às Violências, Educação Infantil, Participação Infantil, Cultura, Saúde, Planos Municipais Pela Primeira Infância (PMPI) e Homens pela Primeira Infância.

Em 2016, o NECA passou a compor essa Rede, contribuindo para as discussões sobre a primeira infância institucionalizada, considerando que é uma faixa etária invisível na política pública da Proteção Especial de Alta Complexidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A RNPI, em 2016, acompanhou de perto as discussões do programa Criança Feliz, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), participando dos debates por meio dos integrantes da secretaria executiva da rede. Também promoveu a eleição das novas instituições integrantes do comitê gestor para o biênio 2017/2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO



A Rede Nossa São Paulo, apartidária e inter-religiosa, tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando uma cidade de São Paulo justa e sustentável.

Entre seus programas temos o Observatório Cidadão, o Mapa da Desigualdade 2016, Pesquisas – IBOPE, Cidades Sustentáveis, Plano de Metas e Olho nas Metas.

Mais de 700 organizações da sociedade civil integram a rede, que possui Grupos de Trabalho para subsidiar suas ações.

O NECA, representado por Silvia Daffre, tem participado ativamente do Grupo de Trabalho Criança e Adolescente, composto pelas organizações: UNICEF, Instituto Alana, Instituto Zero a Seis, Visão Mundial, Conhecimento Social entre outras. Um dos objetivos deste GT é trabalhar a invisibilidade do tema da infância e da adolescência e mobilizar a política municipal para se comprometer com a garantia dos direitos deste público. www.nossasaopaulo.org.br

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ANTEPROJETO DE LEI DE ADOÇÃO

Por iniciativa do Ministério de Justiça e Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Nacional de Assuntos Jurídicos foi elaborado um Anteprojeto de Lei que pretende ser um projeto substitutivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em vários artigos relacionados à adoção e outras formas de cuidados alternativos, enfocando questões relevantes e polêmicas relacionadas ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que mereceram amplo debate e um posicionamento crítico.

O Anteprojeto de lei foi apresentado para consulta pública por meio de acesso a uma plataforma de debates em outubro com prazo até 04/11, prorrogado a pedidos para 04/12.

Reuniu-se um grupo de especialistas que trabalharam no texto do Anteprojeto, juízes (ABRAMINJ), grupos de apoio à adoção e Comissão Interministerial da Convivência Familiar e Comunitária, entre outros profissionais da área técnica. Partiu-se de uma **leitura inicial de cenário**, segundo dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) e do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ambos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em resposta à proposta de modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o NECA realizou as **Audiências Públicas nos dias 23 de Novembro e 02 de dezembro** das 14 às 19 horas, no Auditório do Instituto Sedes Sapientiae, Rua Ministro Godoy, 1484, Perdizes – São Paulo, em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo, o Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Núcleo de Serviço Social e Psicologia da Coordenadoria da Infância e Juventude, Serviços de Acolhimento, equipes interprofissionais das Varas da Infância e Juventude, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Instituto Sedes Sapientiae (Curso de Psicologia Jurídica, CNRVV e Grupo Acesso), Núcleo de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/SP, o Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRP-SP), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SP) e outros órgãos representativos do Sistema de Garantia de Direitos, Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP).

A Audiência foi coordenada pela Psicóloga Profa. Dayse Bernardi, Membro do Conselho Gestor e do Comitê do Desenvolvimento de Projetos do NECA e Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica do Instituto Sedes Sapientiae com o objetivo de discutir a proposta do Ministério da Justiça e elaborar um documento coletivo em resposta ao Anteprojeto.

Ao final das apresentações e do debate com o público, considerando a importância e complexidade dos temas colocados por esse anteprojeto, a necessidade de avaliação das dificuldades de implementação da Lei 12.010, de 2009, a necessidade de identificação dos reais problemas que dificultam a garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças afastadas do convívio familiar, a importância do apoio às famílias de origem, o risco de limitar questões tão complexas à definição de prazos que não refletem a realidade dos municípios, combinou-se a formação de um grupo de trabalho que elaborou um documento unificado, com os resultados das discussões e das propostas ocorridas nas duas Audiências.

Participaram das Audiências 182 pessoas representantes de diversas instituições destacando-se diversos profissionais de serviços de acolhimento institucional, conselheiros tutelares, profissionais do Sistema de Justiça (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Ministério Público de São Paulo, da Defensoria Pública) do Creas, Maternidade Cachoeirinha, Secretários Municipais de Prefeituras dos Municípios de Hortolândia e Campinas, Instituto Alana, Acer Brasil, Instituto Fazendo História, Pontes da Vida, Acalanto, Ai.Bi., IBDFAM, Núcleo Versos, Instituto Sedes Sapientiae entre outras entidades.





Neste evento, contamos com a participação da Cláudia Vidigal, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que relatou o processo de elaboração deste Anteprojeto de lei por iniciativa da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério de Justiça e Cidadania do governo federal. Partiu-se dos projetos de lei em discussão e andamento no Congresso Nacional sobre medidas protetivas e da incorporação de boas práticas relativas ao acolhimento de crianças e adolescentes, em implantação em diversos pontos do país, especificamente com respeito a programas de apadrinhamento afetivo. A Secretária afirmou estar aberta às sugestões do plenário, em especial quanto às formas alternativas de cuidado, e informou que o Anteprojeto já sofreu alterações a partir dos debates que foram realizados no país. Por dificuldades de agenda, não foi possível que a participação da Secretária durasse por toda a jornada de discussões, mas ficou registrado o seu empenho em estar presente e, democraticamente, disponibilizar o projeto a críticas e contribuições.



Da esquerda para direita: Márcia Regina Porto Ferreira (Coordenadora do Grupo Acesso – Sedes Sapientiae); Eliana Kawata (psicóloga-chefe da Vara Central da Infância e Juventude do TJSP); Alice Bittencourt (NECA), Cláudia Vidigal (Secretária Nacional dos Direitos da Criança/SDH), Cristina Rosa (Psicóloga Judiciária do TJSP), Juliana do Val Ribeiro (Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do estado de São Paulo)



Da esquerda para direita: Juliana do Val Ribeiro (Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do estado de São Paulo); Dayse C. Franco Bernardi (NECA, Instituto Sedes Sapientiae e Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária); Desembargador Eduardo Gouveia (coordenador do Colegiado das Coordenadorias da Infância e Juventude do Brasil e Coordenador da Infância e Juventude do TJSP); Desembargador Reinaldo da Cintra Torres de Carvalho (vice-coordenador da Infância e Juventude do TJSP), Epaminondas Costa (Promotor da Infância e da Juventude de Uberlândia, do Ministério Público de Minas Gerais)

A primeira mesa tratou do contexto em que se insere essa proposta e sua relação com a Lei 12.010, de 2009, e contou com a participação do Desembargador Eduardo Gouveia, coordenador do Colegiado das Coordenadorias da Infância e Juventude do Conselho Nacional de Justiça e coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Reinaldo da Cintra Torres de Carvalho, vice-coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Dias S. Ferreira, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e docente do Núcleo de Direitos Humanos do Curso de Pós-Graduação em Direito da PUC-SP, Dra. Juliana do Val Ribeiro, Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Rita de Oliveira, assistente social judiciária da Vara da Infância e Juventude da Lapa e Dayse Cesar Franco Bernardi, membro do Comitê Gestor do Neca e do Grupo Gestor do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. Contamos também com a participação do Dr. Epaminondas da Costa, Promotor de Justiça do município de Uberlândia/MG.



As outras duas mesas discutiram em blocos temáticos os artigos específicos do Anteprojeto de Lei que tratam da entrega voluntária, destituição do poder familiar, colocação em família substituta, apadrinhamento afetivo, acolhimento familiar, adoções mal sucedidas, estágio de convivência que precede a adoção nacional e internacional, preparação para a adoção, prazo máximo de conclusão de adoção, equipe técnica das varas, avaliação psicológica no processo de integração em família substituta, habilitação para adoção, adoção de crianças com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas de saúde e de crianças indígenas, quilombolas, ciganas, de comunidades tradicionais ou refugiadas. Contamos com a participação de profissionais do Neca, de diversas Varas da Infância e da Juventude e da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, da Defensoria Pública, do Grupo Acesso do Sedes, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo e da AASPTJ/SP.

O posicionamento coletivo defendeu que qualquer alteração do ECA neste momento político do Brasil pode representar um retrocesso e colocar em risco todos os esforços históricos que visam garantir às crianças e adolescentes brasileiros a prioridade absoluta nas políticas sociais públicas e nos respectivos orçamentos, como sujeitos de direitos plenos e especiais em condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

O documento final foi encaminhado ao Ministério de Justiça e Cidadania e a todos os parceiros que contribuíram para sua realização e se encontra disponível no site do NECA – www.neca.org.br.

Quem somos

DIRETORIA (2017-2020)

Diretor Presidente – Celso Veras Baptista

Diretor Vice-Presidente – Telma Gutierres de Souza

Diretora administrativa-financeira – Maria do Carmo Krehan

CONSELHO FISCAL

Titulares

Alice Duarte Bittencourt

Dayse Cesar Franco Bernardi

José Carlos Bimbatte

Suplentes

Milton Fiks

Plínio Veras Baptista

Rita de Cássia Oliveira

Comitê Gestor

Alice Duarte Bittencourt

Celso Veras Baptista

Dayse Cesar Franco Bernardi

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

Maria Angela Leal Rudge

Maria do Carmo Krehan

Maria Lúcia Gulassa

Milton Fiks

COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E PESQUISAS

Alice Duarte Bittencourt

Dayse Cesar Franco Bernardi

Elisabeth Seidl Machado

Irândi Pereira

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

José Carlos Bimbatte Jr.

Jose Eduardo Andrade

Maria Angela Leal Rudge

Maria Ângela Maricondi

Maria do Carmo Krehan

Maria Lúcia Gulassa

Milton Fiks

Neusa Francisca de Jesus

Silvia Gomara Daffre

APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO

Ana Maria Zagatti

Carolina Castro Mendes

Nicole Key

Wanderli Salgado Caruso

PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS NOSSOS PROJETOS

Aline Garcia Aveiro
Ana Paula Pinke
Dayse Cesar Franco Bernardi
Edgar Demarche Júnior
Eliana Barsotti
Helena Schafirovits Morillo
Heloisa Schvarzman de Araújo Silva
Isa Maria F. R. Guará
José Carlos Bimbatte
Juliana Saliba Di Thomazo
Lucas Souza de Carvalho
Luciane Jabur
Maria Angela Leal Rudge
Maria Angela Maricondi
Maria Elizabeth Seidl Machado
Maria Leila Pellegrinelli
Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Marina Galacini Massari
Milton Fiks
Neusa Francisca de Jesus
Rilma Bento
Rita de Cassia Oliveira
Rose Miyahara
Valéria Passáro
Vanessa Munhoz
Yara Sayão

ASSOCIADOS ATIVOS (DEZ 2016)

Adriana Alcântara de Melo Pimentel	Elizandra Nascimento de Lima
Adriana de Souza Melo Franciulli	Elma Soares
Albina Aparecida Caldeiran Martins	Emerson Suriani Silva
Alice Duarte de Bittencourt	Fausta Alzirina Ornelas Pontes Mello
Ana Carolina Paranhos de Campos Ribeiro	Fernanda Lacerda Silva
Ana Maria D'Alessandro de Camargo	Flavia Domênica Pereira de Lima Lopes
Ana Paula Alves de Lima	Frederico Godoy
Ana Paula Pinke	Helena Heloísa Rebello dos Santos
Andrea Svicerio	Irândi Pereira
Antonio Jorge dos Santos	Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Catarina Volic	Isabel Campos de Arruda
Celso Veras Baptista	Ivone Aparecida Vieira da Silva
Christiana Maria Bassi	José Carlos Bimbatte Junior
Cláudia Fernandes	José Eduardo de Andrade
Claudia Maria Leal Marques	Josenildo Luiz Gonzaga
Daniela dos Reis Chagas	Juliana de Marchi Patroni
Dayse Cesar Franco Bernardi	Júlio César Vieira Guimarães
Denise Andere	Juracy José da Silva
Dilza Silvestre G. Matias	Lara Stresser Schmitt
Dulcinea Silesia Gasparini Santos	Leila Zorkot Sangalli
Edna Fernandes da Rocha Lima	Liziane Vasconcelos Teixeira Lima
Elaine Aparecida Fante da Paixão	Luiz Rodovil Rossi Jr.
Elfredisia de Oliveira	Luiza Aparecida de Barros
Eliana Hayden	Marcelo Lourenço

Marcelo Vinícius Picini
Marcia Regina da Silva
Maria Amália FallerVitale
Maria Angela Leal Rudge
Maria AngelaMaricondi
Maria Angelica Rabelo Rodrigues Ribeiro
Maria Angélica Spagnuolo Molina
Maria Cecília Correia Leite Ishikawa
Maria do Carmo Krehan
Maria do Livramento de Aguiar
Maria Elizabeth Seidl Machado
Maria Emília Accioli Nobre Bretan
Maria Ignez Costa Moreira
Maria Liduína de Oliveira e Silva
Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa
Maria Lucia Dias Gaspar Garcia
Maria Monica Bicalho Eugenio de Toledo
Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra
Marina Massari
Marli Baptistella
Marlizete Maldonado Vargas
Meire dos Santos Barreto Silva
Milton Fiks
Mônica Marques dos Santos
Mônica Nardy Marzagão
Neusa Francisca de Jesus
Nivaldo Manzano
Nyde de Moraes Moreira Sales Vieira
OdáriaBattini
Patricia Helena Duarte da Matta
Patricia Kelly Ferreira
Plínio Veras Baptista
Rebeca Eugênia Fernandes de Castro
Regina Rodrigues da Costa
Reinaldo Cintra Torres de Carvalho
Renata Pedrosa Rodrigues
Rilma Bento
Rita de Cássia Silva Oliveira
Roberto Barbosa dos Santos
Rosalina Oliveira
Rosangela Emília Binato Rodrigues
Sabino Manda
Silvia Daffre
Tânia Teixeira Laky de Souza
Telma Gutierres de Souza
Valdete de Barros Martins
Vera Lucia Cardoso Frederico

